



Humor e política na Primeira República

Isabel Lustosa

1. A Revista Ilustrada e o papel da caricatura na Proclamação

O humor foi sempre uma marca da imprensa brasileira. Mesmo as grandes folhas do século XIX, com sua péssima paginação, seu amontoado de coluna e de notas, sem manchetes e sem fios a destacá-las, reservaram sempre um espaço, ainda que pequenino, para a quadrinha, a nota maliciosa sobre as figuras importantes do tempo, ou mesmo para a pura e simples anedota.

A caricatura, no entanto, só começa a se tornar freqüente a partir de 1837, com a publicação da *Lanterna Mágica*, revista ilustrada de Araújo Porto Alegre. Daí em diante multiplicar-se-ão as publicações do gênero, quase todas de vida efêmera.

A chegada ao Rio de Janeiro, em 1867, do italiano Angelo Agostini representa uma força nova na arte da caricatura, que vai aos poucos se firmando no meio jornalístico local. Agostini, antes de criar sua própria revista, colabora com vários periódicos, dos quais o mais famoso foi *O Mosquito* (1869/1875).

Praticamente até o final do século XIX a caricatura brasileira será produzida por estrangeiros ou por sua inspiração. Além de Agostini, o Rio acolhe outro italiano, Luigi Borgomainerio (precoce e falecido, vítima de febre amarela, em 1876) e o português Rafael Bordalo Pinheiro. Nos últimos anos do século, Julião Machado, outro português, promoverá verdadeira renovação na caricatura brasileira.

Mas, é com Angelo Agostini e a sua *Revista Ilustrada* (1876/1898) que se constitui um estilo, senão nacional, pelo menos característico de um momento do humor brasileiro. Predomina no desenho litográfico a técnica do esfumino – resultado da ação do lápis gorduroso sobre a pedra – afeita às nuances e aos modelados. O estilo Agostini chegará aos três primeiros anos deste século, quando finalmente o artista encerra a carreira em sua última revista: *D. Quixote*. Agostini fundou uma verdadeira escola onde também se destacaram seus seguidores: Pereira Netto e Hilarião Teixeira – cujos desenhos são tão semelhantes aos do mestre que só um conhecedor é capaz de distingui-los.

Era um desenho pesado e sem muita agilidade, que guardava muito do academicismo nos jogos de sombras e formas, prestando-se mais facilmente ao retrato, à homenagem, à representação do humor singelo de anjinhos barrocos do que à caricatura. As ilustrações da *Revista Ilustrada* funcionavam como verdadeiros substitutos da fotografia que ainda não freqüentava as páginas dos jornais.

Detalhista, a *Revista* fazia a crônica dos acontecimentos políticos da semana em página central, em seqüências de desenhos que fazem lembrar as modernas histórias em quadrinho.

Monteiro Lobato destacou a importância que a *Revista* tinha para o homem do Interior, descrevendo a cena do fazendeiro que, após um dia de trabalho, senta-se na varanda de sua fazenda para deliciar-se com as cenas desenhadas na *Revista*⁽¹⁾.

É bem provável que o caráter fotográfico da caricatura naquele momento, tornando familiares rostos e atitudes de políticos e de gente famosa e possibilitando aos menos cultos acompanhar os fatos apenas através das imagens, seja a explicação mais adequada para a penetração

ISABEL LUSTOSA é pesquisadora no setor de História da Fundação Casa de Ruy Barbosa e autora de *Histórias de presidentes – a República no Catete* (a ser lançado pela Editora Vozes em novembro próximo). Especializando-se no estudo do humor e da irreverência enquanto aspectos da história social da cultura brasileira, realiza a tese “O método confuso: a representação do Brasil no humor de Mendes Fradique”

¹ Citado por Herman Lima in *História da caricatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1963, p. 119.

que a *Revista* teve nas capitais e no Interior, como também para a sua longa vida. Este caráter pedagógico também pode explicar a facilidade com que se impôs mais fortemente o estilo de desenho fotográfico de Angelo Agostini do que o traço limpo, sutil e elegante de um Rafael Bordalo Pinheiro.

Quando foi proclamada a República no Brasil, Angelo Agostini estava na Europa. Sua *Revista*, que se batia pela causa da Abolição, marcava posição ao lado dos republicanos. Eram de Pereira Netto as caricaturas onde a figura antipática e irascível do presidente do último Conselho de Ministros do Império, o visconde de Ouro Preto, preponderava. O tipo físico do visconde, magro, alto, de perfil anguloso, marcado pelo nariz adunco, aliado à sua personalidade autoritária, compunha a imagem do vilão ideal para os caricaturistas críticos do regime. Nas folhas da *Revista Ilustrada*, a seqüência dos acontecimentos que culminaram com a queda da coroa vai se reproduzindo nas histórias em quadrinho da página central e nos agressivos editoriais assinados por Julio Verim⁽²⁾.

Com a Proclamação da República os vilões saem de cena. Começa o ciclo dos heróis e, para estes, a caricatura não é a expressão mais adequada. O marechal Deodoro da Fonseca, por exemplo, se verá, nas páginas da *Revista Ilustrada*, glamourizado, rejuvenescido e cheio de vitalidade. Ora aparece separando a Igreja do Estado, ora ao lado de Benjamin Constant, a cortar as cabeças da hidra das intrigas. Belos também serão Ruy, Quintino e Campos Sales. A caricatura cede lugar à outra vocação natural da *Revista*. O desenho de origem acadêmica, em estufimino, encontra sua essência na apologia dos heróis republicanos. Raras são as situações caricatas, raros os Deodoros de grande cabeça e corpo pequenino na forma típica da caricatura do tempo.

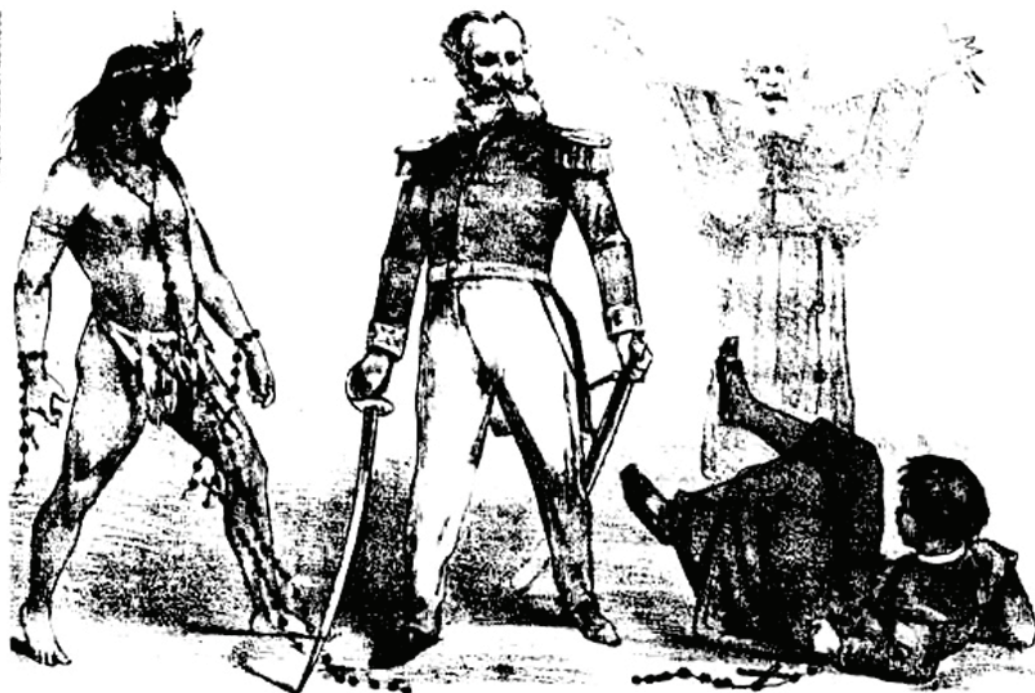
Mesmo a seqüência de acontecimentos que vai arranhando a imagem dos heróis não altera a atitude da *Revista*. A indefensável posição de Quintino querendo salvar o capoeira bem-nascido José Elísio dos Reis do exílio em Fernando de Noronha; as crises ministeriais motivadas pela distribuição de empregos a parentes e protegidos de uns em detrimento de outros e, finalmente, o empastelamento do jornal monarquista *Tribuna*, pelos sobrinhos de Deodoro, não motivam a retirada do apoio da *Revista* ao marechal e ao seu governo.

Quando, finalmente, após muitas crises, o Ministério pede demissão coletiva em janeiro de 1891, a *Revista* publica a história em quadrinhos intitulada "O calor e a política". É em tom divertido que se atribui à violenta canfcula do verão carioca daquele ano a saída dos ministros e a entrada do barão de Lucena com o seu Ministério, muito justamente então chamado de "Ministério dos Áulicos".

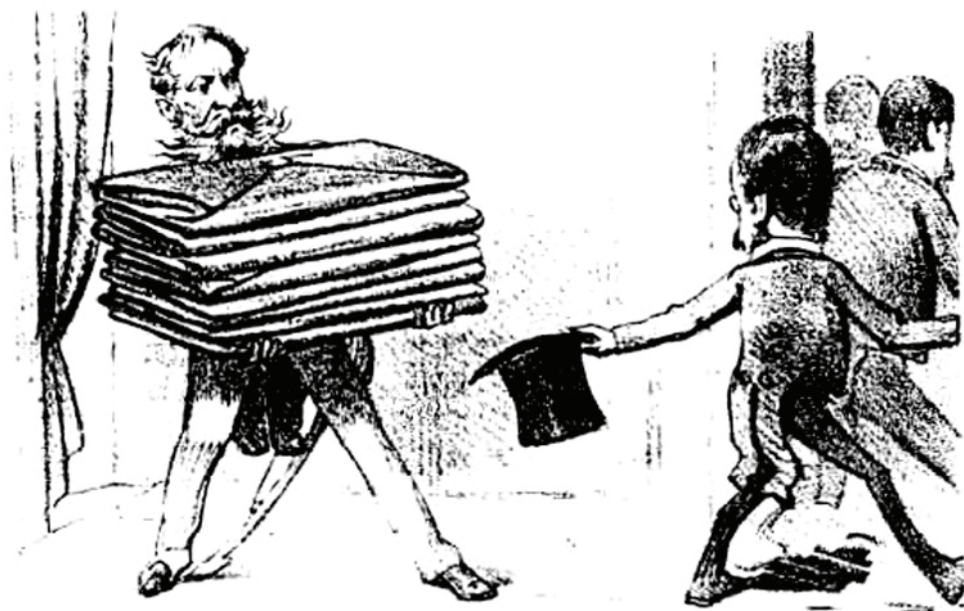
A origem monarquista do barão de Lucena faz dele, a partir de então, o alvo predileto da *Revista*. Sempre apresentado de coroa na cabeça a sonhar com condecorações e comendas (que tinham sido concedidas às centenas nos últimos anos do Império e proibidas pela Constituição da

² Pseudônimo de Luís de Andrade, que a partir de 1890 se torna o principal articulista da *Revista*. Seu prestígio de jornalista garante-lhe a vaga de deputado na Assembléia Nacional Constituinte Republicana.

Arquivo Isabel Lustosa



Deodoro, rejuvenescido pelo traço da *Revista Ilustrada*, separa a Igreja do Estado; a legenda diz: "A rija espada do governo provisório cortou um dos laços fataes que prendiam o Brazil: está separada a Igreja do Estado e o elemento retrogrado posto em pantanas. Graças, oh, céos!"



"O calor e a política", na *Revista* de janeiro de 1891, cuja legenda é: "Até o próprio governo provisório sentiu-se tão mal com a quadra calmosa, que deu a sua demissão colectiva. O generalíssimo, diante disso, exclamou: - Hom'essa! pois elles se vão?! e deixam-me sosinho a suar com estas pastas?!"

República), o barão teria se tornado, se houvesse lugar para os vilões na jovem República da *Revista Ilustrada*, o vilão ideal.

2. Deodoro e a sátira de Artur Azevedo

O marechal Deodoro da Fonseca ocupou a Presidência da República de 1889 (data da Proclamação) até novembro de 1891, quando foi levado a renunciar sob a ameaça do almirante Custódio José de Melo que apontou os canhões do navio "Aquidaban" contra o Rio de Janeiro, exigindo a sua deposição.

Apesar dos inúmeros equívocos que marcaram a sua passagem pelo poder, Deodoro mereceu sempre a consideração da imprensa jovem. Esta, freqüentadora das mesas da Confeitaria Pascoal e das calçadas da rua do Ouvidor, tinha em nomes como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pardal Mallet, Luiz Murat, Emílio de Menezes e Coelho Neto as mais brilhantes expressões do momento. Boêmios todos, encontravam abrigo nas folhas do jornal de outro boêmio incorrigível, José do Patrocínio (*Cidade do Rio*), e na *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo. Num tempo em que a anedota, o chiste, o trocadilho e as quadrinhas satíricas eram supervalorizados, muitos destes jovens poetas e escritores conquistavam espaço na imprensa pela capacidade de fazê-las mais criativas, mais engraçadas.

Um dos mestres do gênero foi Artur Azevedo. Colaborando com vários jornais, Artur Azevedo se tornara uma celebridade no Rio pela sua atividade no teatro, onde se especializara na produção de revistas (comédias musicadas) anuais. Além da atividade na imprensa e no teatro, Artur Azevedo era funcionário público e não compartilhava do mesmo entusiasmo com que os seus colegas mais jovens aderiam à causa republicana. Surpreendido pelos fatos, recebera mesmo com certa desconfiança a instituição do novo regime. Foi Artur Azevedo um dos primeiros a registrar em um conto a pouca penetração que o acontecimento teve, nos primeiros tempos, na população periférica da cidade. No conto, Lemos, morador de um subúrbio do Rio e funcionário de uma secretaria do governo, ausente do trabalho por motivo de doença durante a semana de 14/11 a 22/11/89, ao retornar às atividades, vai sendo surpreendido pela novidade no caminho da secretaria. Já no bonde é repreendido por saudar algum ilustre do antigo regime com um "bom dia, Comendador". Advertem-no: já não há mais comendadores, agora todos são cidadãos. Na secretaria, reclama da ausência do retrato do Imperador na sala, ao que lhe responde um contínuo:

- Ora? Que havia de fazer ali o retrato de Pedro Banana?

Indignado, o velho funcionário exclama:

- Pedro Banana! Não dou três anos para que isto seja uma república...⁽³⁾

³ Citado por Raimundo Magalhães Júnior in *Artur Azevedo e sua época*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1953, p. 127.

Em outra crônica, datada de 23/12/1889, volta à carga. No epílogo apresenta o diálogo entre um marido que, no dia 15 de novembro, insiste em sair de casa, desatendendo aos rogos da mulher.

- Ó filha, não me peças que não saia de casa... Tenho muito que fazer...
- Mas a revolução...
- No Rio de Janeiro, as revoluções não me metem medo... O que me mete medo é o carnaval...⁽⁴⁾

Pouco simpático a Deodoro e ao seu governo, não tarda a lhes tecer críticas. Destas, a melhor será apresentada na revista de 1892, *O Tribofe*, onde satiriza abertamente Deodoro e o "Ministério dos Áulicos" atribuindo-lhes tendências sebastianistas. "Tribofe", segundo ele mesmo revela em outra quadrinha, é gíria do Jôquei e indica "a corrida em que perde o cavalo/que por força devia ganhar".

Na política há muito tribofe,
Muito herói que não sente o que diz
E que quer é fazer regabofe
Muito embora padeça o país!

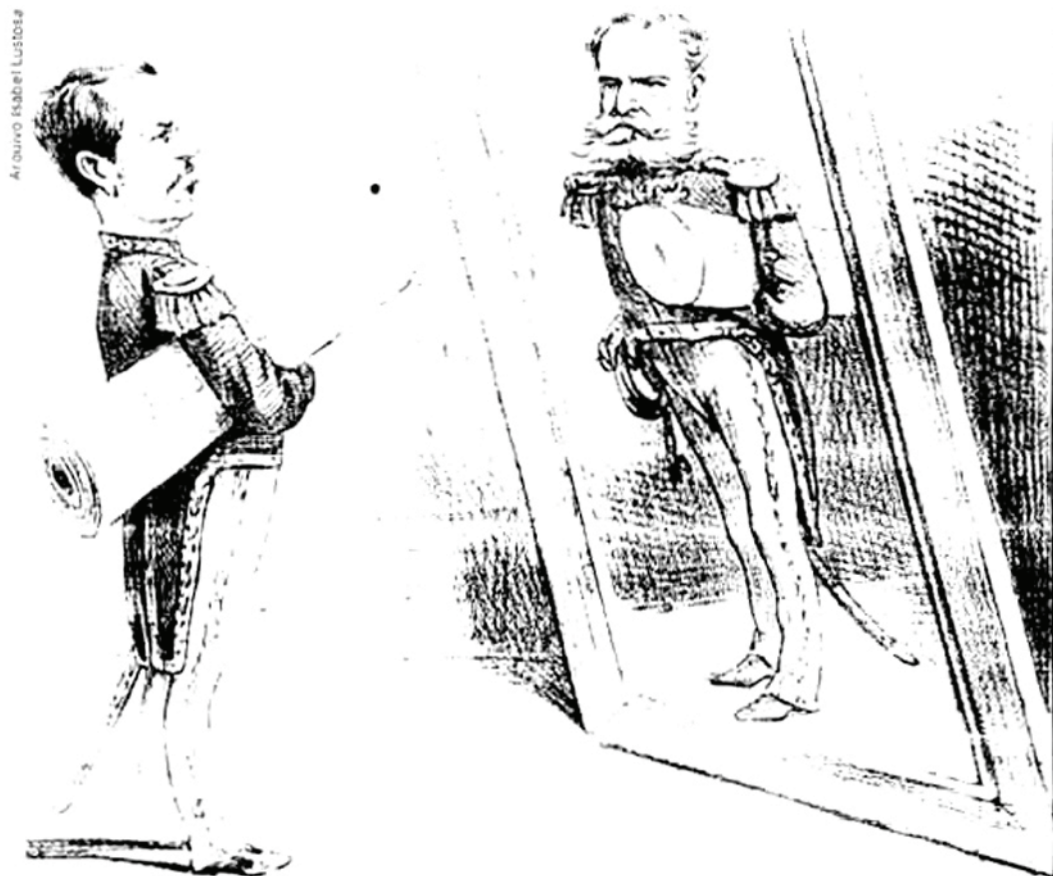
Quem República ao povo promete
E, mostrando-se pouco sagaz,
No poder velhos áulicos mete,
Faz tribofe, outra coisa não faz.

Quem fala do seu patriotismo
E suspira por Dom Sebastião,
Faz tribofe, pois sebastianismo
E tribofe sinônimos são.⁽⁵⁾

4 *Idem*, p. 128.

5 *Ibidem*, p. 133.

Pode-se dizer, no entanto, que a sátira de Artur Azevedo contra Deodoro foi praticamente solitária. Para os jovens jornalistas (quase todos poetas parnasianos), os mitos do herói que se



Na *Revista* de maio de 92, Floriano se vê refletido no espelho como Deodoro, com a legenda: "Com todo esse enigma só podemos decifrar que o actual governo da legalidade muito se assemelhou a um outro governo... Isto de política deve ser uma coisa assim mesmo: legalidade de mais ou legalidade de menos

levanta do leito de morte para salvar a Pátria e da República representada por uma bela, jovem e lutadora mulher, se adequavam mais aos transportes elevados do verso parnasiano do que à croniqueta humorística, ao versinho malicioso redigido em qualquer mesa de bar ou confeitaria da rua do Ouvidor e levado às pressas para sair na edição do dia seguinte de algum dos jornais mais importantes da cidade. Jornais que ficavam na célebre rua ou em seus arredores. Deodoro, tão pouco afeito a críticas, escapou de ser vítima da sátira mordaz da boemia literária. Esta ficou toda reservada para o seu sucessor, Floriano Peixoto.

3. A revelação de Floriano, o dissimulado

Floriano Peixoto marcou sua passagem pelo governo e pela história do Brasil por seu caráter enigmático. A aparente indecisão nos acontecimentos que marcaram a Proclamação da República e a sua subida ao poder não encontraram, até hoje, explicadores adequados. Cognominado o "Consolidador da República", mesmo esta denominação é discutível pois se, de fato, o seu governo garantiu a transição para os governos seguintes, não está claramente estabelecido se a transição era projeto do ditador.

Sem um aspecto característico, fisicamente inexpressivo, típico caboclo do Nordeste brasileiro, o "Major" como era então chamado, não se prestava facilmente ao traço dos caricaturistas. O tipo comum, aliado ao mistério das suas intenções, à inexpressão de suas atitudes, não permitia ressaltar pelo exagero o detalhe, a característica, a marca de onde os caricaturistas tiraram o efeito cômico, essência do seu humor.

Talvez seja de Lima Barreto a caricatura verbal mais completa do "Marechal de Ferro". Caricatura, sim, pois pelo ressaltar excessivo das características físicas e da personalidade, Lima Barreto produziu antes a caricatura do que o retrato, ou a representação literária do personagem. O Floriano Peixoto que se apresenta em *Triste fim de Policarpo Quaresma* parece a concretização de tudo que os críticos, satíricos e caricaturistas do seu tempo tentaram, em vão, apreender:

Era vulgar e desoladora. O bigode caldo, o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande mosca; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza, que não lhe era individual, mas nativa, de raça e todo ele era gelatinoso – parecia não ter nervos.

A caricatura privilegiará o enigma enquanto marca de Floriano. Na capa da *Revista Ilustrada*, a.17 n.º 640, março de 1892, sua cabeça aparecerá encimando o corpo de uma esfinge. Mais adiante, quando tem início a repressão, a *Revista* apresenta Floriano diante de um espelho onde aparece a imagem de Deodoro⁶. No texto, o caricaturista expressa a perplexidade da opinião pública diante dos desmandos de um governo que subira ao poder justamente para acabar com a ilegalidade em que mergulhara o governo anterior.

Célebre se tornará a caricatura da página central do n.º 641 da *Revista*, onde Floriano aparece caracterizado de Hamlet caboclo. Esta caricatura fora inspirada em paródia satírica publicada por Olavo Bilac no jornal *Cidade do Rio*. Ali, o marechal aparecia como o atormentado príncipe dinamarquês se debatendo em meio a angústias que diziam respeito à vontade de continuar no poder e às ameaças de deposição. Ofélia é a Constituição que, apaixonada e reconhecida ao ditador por este ter lhe dado elasticidade de uma lei de borracha "que estica à proporção que o câmbio escarrapacha", é convidada por Hamlet a partir para os EUA, sua verdadeira pátria, após a dramática confissão do príncipe: nunca te ame!⁷

Enigmático e dissimulado, segundo as críticas fortes do jovem Olavo Bilac, o ditador é apresentado em outra paródia do poeta como o Tartufo, de Molière, a seduzir Elmira, a Constituição. Com estas e outras paródias inspiradas, Bilac ia conquistando espaço na imprensa e fazendo-se credor dos cinco meses que amargaria preso na Fortaleza de Lages e dos outros tantos de exílio forçado em Minas Gerais.

A liberdade de imprensa fora uma realidade no Império. Falava-se o que se queria do imperador e de seus ministros. Com Deodoro, pouco acostumado a críticas, verificou-se o caso da *Tribuna*, mas este foi fruto de ação paralela, nunca assumida pelo governo. As demais folhas, até porque, em sua maioria apoiavam a República, nada sofreram em termos de repressão.

Acostumados a este clima de liberdade, os jornalistas contrários a Floriano, como Bilac, dão asas à imaginação em busca das imagens mais fortes e capazes de satirizar o marechal.

Em 1892, Olavo Bilac, Pardal Mallet e Luiz Murat fundam *O Combate*. Através de suas páginas passam a atacar diretamente Floriano e a pedir a volta de Deodoro ao poder. No aniversário do proclamador da República, 10 de abril de 1892, o jornal convida para manifestação em sua ho-

6 É curioso comparar esta com outra caricatura publicada em 26/4/1927, por Guevara no *Manhã*. Sob o título "É ou não é", o autor apresenta Washington Luiz diante de um espelho onde aparece a imagem de Bernardes. Também como na caricatura da *Revista Ilustrada*, aludindo ao fato de que os atos do novo governo se iam assemelhando muito aos do anterior.

7 Citado por Eloy Pontes in *A vida exuberante de Olavo Bilac*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944, pp. 209-211.

REVISTA ILUSTRADA

CAPITAL
 TO 18000
 SEMESTRE 9000
 MESTRE 5000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
 A correspondência e reclamações devem ser dirigidas
 A RUA DE GONCALVES DIAS, N.º 50, SOBRADO

ESTADOS
 ANNO 20000
 SEMESTRE 11000
 AVULSO 1000



A SPHYNGE

Resolve-me ou eu te devoro.

Capa da Revista de março de 92

menagem. A manifestação, reunindo todos aqueles que combatem o vice-presidente, acaba se transformando em movimento sedicioso, tentativa de deposição. Floriano, informado em casa do que se passava, tomou o trem, saltou na Central do Brasil e veio a pé até o Quartel-General do Exército, no Campo de Santana. Ali, encontrou o general Mena Barreto, um dos sediciosos, dan-

do-lhe imediatamente ordem de prisão. O tom com que *O Combate* narra os acontecimentos é de acrimônia mas, também, de perplexidade.

(...) Depois, sabe-se o que houve: houve a descida do Sr. Floriano da Piedade, fardado, fingindo de herói, disfarçado em Salvador da República, mandando iluminar o Itamaraty, mandando tocar o hino...

E, logo em um dos salões do Itamaraty começou a ser organizada a lista das prisões. A oposição tinha caído no laço. (...)

É necessário que uma vez ao menos o Sr. Floriano Peixoto deixe cair do rosto a velha máscara que usa – máscara que S. Exa. trazia na noite de 14 para 15 de novembro quando traiu o Sr. Afonso Celso para servir o Sr. Deodoro e na noite de 22 para 23 de novembro quando traiu o Sr. Deodoro para servir o Sr. Custódio.

Ao menos uma vez o país precisa saber de que cor é a verdadeira face do Sr. Floriano.

Presentes neste texto a referência ao caráter dissimulado, ao rosto mascarado do marechal e a perspectiva equivocada dos que o combatiam atribuindo-lhe a intenção de servir ao almirante Custódio José de Melo, contra quem Floriano combateria no ano seguinte, para debelar a revolta da Armada. Combate do qual sairá vitorioso e que lhe garantirá, na história, o título de "Consolidador da República".

É ainda igualmente curioso que, quando o artigo citado acima foi publicado em *O Combate*, de 21 de abril de 1892, seus diretores, Bilac, Mallet e Murat já se encontravam presos, pois é de 12 de abril o decreto que determinava a prisão destes dentre tantos outros nomes ilustres da vida pública brasileira. Da mesma forma surpreende a agressividade dos editoriais do jornal de José do Patrocínio contra o governo, quando este já havia sido deportado para Cacuí, no Amazonas, por conta de sua participação no movimento sedicioso.

Diz Francisco de Assis Barbosa que Floriano, "bom psicólogo, sentia que aquela elite hostil não era perigosa e que a sua força repousava no crescente apoio popular"⁽⁸⁾. Leôncio Basbaum registra, na *História sincera da República*, dois chistes atribuídos a Floriano Peixoto. No primeiro, o marechal, ao saber que o Congresso discutia a legalidade da prisão de alguns parlamentares, teria comentado irônico: "Vão discutindo que eu vou mandando prender". Em outro, referindo-se ao mandado de *habeas-corpus* impetrado por Ruy Barbosa junto ao Supremo Tribunal Federal em defesa dos presos, dissera: "Não sei amanhã quem dará *habeas-corpus* aos ministros do Supremo"⁽⁹⁾.

Estes chistes casam à perfeição com um comentário de Bilac publicado em 1898, em pleno governo de Prudente de Moraes, sobre Floriano e seus ministros. Bilac recorda que o que mais intrigava a imprensa e a opinião pública no governo Floriano era a origem absolutamente anônima de seus ministros. Diz o poeta que estas nomeações causavam surpresa porque "todo o mundo estava convencido de que para o Marechal o cargo de ministro tivesse alguma importância... Puro engano! Para o Marechal de Ferro, ministro era menos que criado, menos que copeiro"⁽¹⁰⁾.

A relação de Floriano com a classe política, com os grupos de elite e com a legislação em vigor é indicadora de uma mesma atitude: indiferença. Floriano parece a materialização do príncipe hobbesiano e do conceito que o clássico pensador inglês fazia da legitimidade dos pactos políticos.

Os pactos não passando de palavras e vento, não têm qualquer força para obrigar, dominar, constranger ou proteger ninguém, a não ser a que deriva da espada pública.

Homem de pouco falar, Floriano não atribua grande valor às palavras. E as leis, para ele um incrédulo, desprovido de qualquer romantismo, se revelavam na sua transparência de meros jogos de palavras, passíveis de múltiplas explicações e que derivavam sua legitimidade da força da espada dos militares. Sua atitude com relação aos jornais que lhe fazem oposição, que continuam a atacá-lo em pleno estado de sítio, é quase de desprezo. Pois sabe que não serão as belas palavras dos jornalistas parnasianos que irão arredá-lo do poder.

Esta indiferença parece, da ótica de hoje, torná-lo mais próximo do povo que assistira "bestializado" ao advento da República. Ao povo analfabeto, que não participara dos acontecimentos, também pareciam indiferentes não só as leis que, como sempre serviam mais aos poderosos, como também as belas palavras dos poetas e jornalistas que escreviam para o pequeno público da elite.

É, no entanto, através das críticas da imprensa, da seqüência de surpresas que vem ex-

8 *A diplomacia do marechal. Intervenção estrangeira na revolta da Armada*, Sérgio Corrêa da Costa, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1979, prefácio de Francisco de Assis Barbosa.

9 *História sincera da República - de 1889 a 1930*, São Paulo, Edições LB, 1962, 2ª edição, p. 34.

10 In *A Bruxa*, a.1, nº 21, 26/6/1898.

pressa em editoriais raivosos ou em quadrinhas humorísticas que, pouco a pouco, vai se construindo a imagem de Floriano e de seu governo. Leitura parcial que seja, essas notas dão o tom do período.

A esfinge, o mascarado, o Hamlet, o Tartufo vão deixando entrever os contornos do grande ditador. O humor permanece na linguagem da imprensa enquanto arma alternativa contra a violência do regime. O jornal *Cidade do Rio*, em versos assinados por Demócrito, clama, em 27 de junho de 1892, pela anistia que tarda a trazer de volta do Amazonas seu diretor.

O projeto de anistia,
Que alivia alheios males,
Pela mão da maioria
Foi às mãos de Campos Sales.

Qual agora o seu destino?
A que parte a sorte o chama?
Inda volve ao Bernardino,
Aos Falcões, às mãos do Zama?

Num arrastar vil de lesma
Cresce agora e logo míngua;
De papel sobre uma resma
Vão mandá-lo a Tabatinga.

E aqueles que a morte fria
For lançando a garra escura
Não se dá mais anistia
Dá-se apenas sepultura.

Arquivo Isabel Lustosa



O barão de Lucena, como sempre apresentado de coroa na cabeça, a ressaltar sua origem monarquista. Na *Revista* de 6 de abril de 91

Crônica assinada por Tataco, da *Gazeta da Tarde*, estabelece comparação entre o que foi o governo Floriano Peixoto e o matadouro de Santa Cruz. Beneficiando-se da coincidência entre os nomes do diretor do matadouro, Floriano Florambel, e o do ditador, e tirando partido da notícia de que fora preso o primeiro por ter desviado centenas de quilos de carne verde, o autor vai insinuando, de forma inocente, aspectos sombrios da passagem do marechal Floriano pelo poder.

Os bois, coitados, onde vão eles, deixam com aquele funcionário em lugar que não é nada agradável, e onde tanta gente esteve, porque não queria saber os nomes dos bois de outra espécie.

Afirmando não saber ser Florambel inocente ou não, o autor lembra que é moda, no Brasil, "prender-se muito holandês que paga o mal que não fez". Recordando um dos chefes de Polícia de Floriano, atribui a este a intenção de ter querido fazer, da Casa de Correção da rua Frei Caneca, um verdadeiro matadouro. Naquele tempo, diz Tataco, bastava a sombra do vice-presidente e um sorriso do chefe de Polícia para tudo se fazer em nome da legalidade. Tataco lembra ainda a quantidade enorme de magarefes que apareceram na ocasião, pois quem não queria ser laçado como rês e acabar no matadouro, tornava-se logo magarefe. Por conta disto tudo, acha que Florambel é inocente e conclui dizendo:

é justamente porque nós vimos prender-se muita gente que era criminosa porque não tinha crime. Eram tantos os que trabalhavam pela legalidade⁽¹¹⁾.

4. A caricatura brasileira na virada do século

Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos estréiam na imprensa quase ao mesmo tempo, na virada do século. Pode-se dizer que a caricatura genuinamente brasileira surge a partir desta estréia. Com eles nasce a caricatura de autor, cada um mantendo um estilo próprio que se evidenciava inclusive na escolha das temáticas.

Com o início da publicação de *O Malho*, em 1902, passam a freqüentar as páginas as inúmeras variações do zé-povo brasileiro. Sai de cena o vigoroso Índio, adotado por Agostini para representar o Brasil. O povinho das ruas, o português da venda, a empregada mulata, o pessoal da lira, a festa da Penha, o carnaval, todo o Rio de Janeiro vai aos poucos penetrando nas frestas que a caricatura política vai deixando entreabertas.

Raul Pederneiras, por exemplo, se especializará nestas cenas populares. J. Carlos, nos anos 20, tornará clássicos os janotas e as melindrosas. Os tipos sofisticados, de elite, tiveram, em Kalixto, seu caricaturista. Dos três, apenas Raul Pederneiras não fez da caricatura política o carro-chefe de sua obra.

Ao mesmo tempo, a incorporação de novas técnicas de impressão libertava a caricatura do traço litográfico. Passa a predominar nas páginas o desenho ligeiro, de apreensão rápida. Nas capas, os artistas ainda se dão a requintes de elaboração. Mas esta não se vale mais do pesado jogo de sombras e formas, vai ser antes o privilégio do uso da cor o que predominará nas composições.

O governo Rodrigues Alves proporcionou a primeira farra republicana da caricatura brasileira. O tipo físico baixinho e simpático do presidente paulista, a fama de sonolento que o antecedia desde os tempos em que fora ministro da Fazenda, aliados ao seu eterno bom humor proporcionaram o tipo ideal do personagem caricato.

Em 1902, o *Tagarela* e *O Malho* reúnem os melhores caricaturistas do momento. Será *O Malho*, de vida longuíssima, que manterá o caso humorístico mais duradouro com Rodrigues Alves. Em 1904, por exemplo, ano do início da reforma Pereira Passos, Rodrigues Alves será o tema de quase todas as capas da revista. Uma relação de carinho que se expressa através da caricatura conjunta de Kalixto e Raul, onde estes saúdam o presidente por ocasião de seu aniversário.

Quando Rodrigues Alves se queixa de que a revista o pinta velho e feio, *O Malho* brinca com uma caricatura às avessas, onde ele se apresenta novo e bonito. Este carinho dos humoristas pelo presidente residia, sem dúvida, na maneira simpática com que Rodrigues Alves recebia as sátiras da imprensa. Contam alguns contemporâneos que estas lhe eram tão agradáveis que ele chegava a colecioná-las.

J. Carlos, que estreara em *O Tagarela* em 1902, com um traço ainda imaturo, na transição do governo de Rodrigues Alves para o de Afonso Pena, já se revela enquanto autor das mais graciosas caricaturas com que já foram brindados homens públicos brasileiros. Ele fixará as imagens

11 In: *Gazeta da Tarde*. 2ª feira, 14/4/1893.

simpáticas de Alves e Pena em figurinhas minúsculas e divertidas que fazem lembrar personagens dos posteriores desenhos animados de Walt Disney.

Depois de Afonso Pena, dá-se a volta da espada com Hermes da Fonseca. Este ficaria mais conhecido pelo apelido que lhe deu a imprensa, "Dudu", e por sua enorme urucubaca. O governo Hermes sob a tutela do caudilho gaúcho, Pinheiro Machado, é apenas a caricatura do que fora o governo dos militares nos primeiros anos da República. Incompetência e azar se unem contra o marechal-trapalhão, personagem predileto dos caricaturistas (posto que perdeu apenas

Arquivo Isabel Lustosa



RAUL e CALIXTO
DIRECTORES-ARTÍSTICOS

*** N. 43 ***

REDACÇÃO E ESCRITORIO
Rua do Ouvidor 125

Ha nesta saudação que aqui fazemos
Uma interpretação de grande alcance:
— Têm todas as pilherias que tecemos
O lemma: *Adany soit qui mal y pense.*
7 - VII - 903

Para redacção de O MALHO



Capa de *O Malho*, de Raul e Calixto (julho de 1903), com "reprodução do cartão de felicitações enviado pela redacção da revista ao eminente chefe da nação (Rodrigues Alves), no dia de seu aniversário natalício"

para Getúlio Vargas). Predileto não só dos humoristas do traço mas também dos irreverentes da música popular, dos carnavalescos de 1915 que lhe faziam marchinhas e que se mascaravam de "Dudu", saindo pelas ruas a imitar a sua fala característica.

Na imprensa da época, o registro que permaneceu não foi o das insurreições e dos bombardeios nos estados. Estes foram superados de longe pela imagem caricata do marechal-presidente. Na revista *Careta*, a mais popular naquele período, toda a semana se publicava a "última do marechal". Magistralmente ilustrada por J. Carlos, a "última do marechal" dizia respeito à burrice e

CARETA

CINZAS



Arquivo Isabel Lustosa

Hermes da Fonseca, por J. Carlos, em *Careta* de 28 de fevereiro de 1914

à ignorância que lhe atribuíam os adversários. Foi na cara de perplexidade diante da má sorte; no ar risonho e feliz de noivo de Nair de Tefé e na alegria com que dançou o "corta-jaca" no Catete que a caricatura perpetuou as imagens de Hermes e de seu governo.

Artur Bernardes governando sob estado de sítio e restringindo a liberdade de imprensa não tratou com esportividade os que o satirizaram na crise que antecedeu à posse. Tão logo esta aconteceu foram chamados a depor pelo chefe de Polícia, Geminiano Franca, os compositores Freire Júnior e Careca, autores da popularíssima "Ai, seu Mé", que temerariamente preconizava que o "seu Mé", apelido de Artur Bernardes, "lá no palácio das águias, olé" não haveria de pôr o pé. Presos, também, entre muitos outros, foram o jornalista Mário Rodrigues, diretor de *A Manhã*, e seu caricaturista, o célebre paraguaio Andrés Guevara, que trouxera para a caricatura brasileira um estilo novo.

Quando Bernardes finalmente deixou o governo, a imprensa, através de uma enxurrada de caricaturas, promoveu a grande revanche. Notabilizou-se nesta empreitada a revista *D. Quixote*, fundada por Bastos Tigre, que contava em seu corpo de ilustradores com a colaboração dos já célebres Kalixto e Raul e com o desenho mais jovem de Théo (fortemente influenciado por J. Carlos). Colaborava ainda com o *D. Quixote* um paulista genial, Belmonte. São dele as melhores caricaturas do presidente mineiro.

Durante o ano de 1927, enquanto Washington Luis era recebido com simpatia, Bernardes se retirava sob o fogo cerrado das sátiras e das caricaturas. Através de versinhos, charges e notas, todas fortes, algumas rebarbativas, a imprensa se esmerava em fazer em pouco tempo o que não pudera fazer durante quatro anos.

5. Considerações finais

A primeira República conheceu o nascimento da verdadeira caricatura brasileira. Conheceu também o seu apogeu. Com o governo Vargas, começa um novo período, a imprensa vai mudando, ampliando-se em jornais e revistas, onde a fotografia prepondera. O espaço da caricatura tende a se reduzir. Poucas, daí em diante, serão as revistas especializadas no gênero. *A Careta* e *O Malho*, que alcançam a segunda metade do século, mudam de roupagem, ampliando o espaço da crônica sobre moda, do comentário político mais sisudo, da crítica de cinema, dos concursos de missas.

Sob a influência do desenho moderno do paraguaio Guevara, a caricatura se torna mais angular, estilizada, econômica de traços. Surgem novos nomes como Alvarus, Mendez e Nássara. Um desenhista como Théo, que surgira com um traço marcadamente influenciado por J. Carlos, sob a nova influência, adota o traço duro, quebrado. No fim dos anos 50, o desenho de Appe é a radicalização do despojamento, a despreocupação excessiva com o detalhe, com o acabamento. São os traços que apenas sugerem.

Estabelecida como uma das formas de expressão da imprensa, a caricatura se perpetua, até hoje, enquanto quadro obrigatório da página central de quase todos os grandes jornais do País. O caricaturista ao registrar o momento histórico, o fato político significativo do dia, compõe, de certa maneira, um aspecto da personalidade de seu jornal, identifica uma tendência, firma uma posição.

Sem a força que outrora teve, a caricatura brasileira retoma hoje, nos desenhos de Chico e Paulo Caruso, de Ique e do eterno e genial Lan, um pouco de seu caráter original. Superada a fase do traço duro, da excessiva economia de detalhes que caracterizou a arte dos anos 50 até meados da década passada, a caricatura contemporânea retoma seu compromisso com o traço elaborado, com a composição detalhada dos personagens. Agora, é o bico da pena que se esmera em apresentar com riqueza de sombras e formas as imagens dos políticos do momento. Aliada do vídeo e da fotografia, a moderna caricatura brasileira, no centenário da Proclamação da República, às vésperas de um acontecimento quase tão importante para a continuidade do regime – as próximas eleições presidenciais –, reencontra no preciosismo das formas, na elaboração do detalhe, a sua origem.